

No. 28351

---

**UNITED NATIONS  
(UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND)  
and  
MOZAMBIQUE**

**Agreement supplementary to the Basic Agreement regarding  
land for the construction of UNICEF office and staff  
housing units. Signed at Maputo on 27 August 1991**

*Authentic texts: English and Portuguese.*

*Registered ex officio on 27 August 1991.*

---

**ORGANISATION DES NATIONS UNIES  
(FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE)  
et  
MOZAMBIQUE**

**Accord complétant l'Accord-cadre relatif aux terrains néces-  
saires à la construction du bureau de l'UNICEF et des  
logements de son personnel. Signé à Maputo le 27 août  
1991**

*Textes authentiques : anglais et portugais.*

*Enregistré d'office le 27 août 1991.*

AGREEMENT<sup>1</sup> SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT<sup>2</sup>  
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC  
OF MOZAMBIQUE AND THE UNITED NATIONS CHILDREN'S  
FUND REGARDING LAND FOR THE CONSTRUCTION OF  
UNICEF OFFICE AND STAFF HOUSING UNITS

---

WHEREAS the United Nations Children's Fund (hereinafter referred to as "UNICEF"), acting for and on behalf of the United Nations of which it is a subsidiary organ, and the Government of the People's Republic of Mozambique (hereinafter referred to as "the Government") entered into a basic Co-operation Agreement (hereinafter referred to as "the Basic Agreement"), signed at Maputo on 9 June 1977;<sup>2</sup>

WHEREAS the Basic Agreement as amended, provides that UNICEF shall establish an office in Maputo and may, when necessary and with the agreement of the Government, maintain offices in the provinces and that the Government shall facilitate the acquisition of suitable installations for international personnel assigned to the Country;

WHEREAS the Government is prepared to make available to UNICEF land in Maputo for the construction of UNICEF main office and for the construction of UNICEF staff housing units;

NOW, THEREFORE, UNICEF and the Government agree as follows:

ARTICLE I.

Application

This Agreement shall be supplementary to and be read together with the Basic Agreement.

---

<sup>1</sup> Came into force on 27 August 1991 by signature, in accordance with article IX.

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 1043, p. 383.

ARTICLE II.

Land

The Government hereby grants to UNICEF the right of occupation, use and utilization of:

1. the land known as parcel 141-B-399 located in Sommerschield on Avenida do Zimbabwe, in Maputo, measuring 39,50 metres width and 18,09 metres length and totalling 714,60 square metres and parcel 141-B-402 located in Sommerschield on Rua Antonio Jose de Almeida, in Maputo, measuring 39,50 metres width and 18,09 metres length and totalling 714,59 square metres, the full description of both appears in Annex I hereto, for construction of office premises in Maputo, Mozambique.
2. the land known as plots P and Q of Nova Urbanizacao Miramar located on Marginal Boulevard to Costa do Sol, in Maputo, measuring 90 metres width and 112 metres length for plot P and the plot Q measuring 65 x 95 x 112 metres (trapezoid) totalling 19040 square metres, the full description of which appears in Annex II hereto, for construction of staff housing units in Maputo, Mozambique.

ARTICLE III.

Occupancy and Term

1. UNICEF shall have right to occupy and use the land for as long as a UNICEF Office shall be established in Mozambique.
2. The right to occupy and use the land shall be free of taxes.

ARTICLE IV.

Warranty

The Government hereby warrants that the land shall be made available to UNICEF free and clear of any liens or other

encumbrances and that the Government will defend UNICEF against any and all claims, interests and encroachments of whatsoever nature by third parties against the land.

#### ARTICLE V.

##### Ownership of Office Building and of Staff Housing Units

1. Except as the parties may otherwise agree, title to the land shall remain with the Government. However, ownership of the office building and of the staff housing units on the land shall vest in UNICEF.

2. In the event that the UNICEF Office in the country is closed down or relocated to another country, UNICEF shall have the option, with the Government's prior approval, to transfer the rights in the use and occupancy of the land and ownership of the office building and of the staff housing units to the United Nations Development Programme (UNDP) or to any other entity within the United Nations System or to the Government. In the event that UNICEF shall decide to transfer the office building and the staff housing units to the Government, the Government shall pay compensation to UNICEF based on the fair value of the office building and of the staff housing units and installations owned by UNICEF on the land.

#### ARTICLE VI.

##### Exemption from Taxes

UNICEF shall be exempt from any taxes levied on the land as provided for in the Article VII of the Basic Agreement.

#### ARTICLE VII.

##### Interpretation

This Agreement shall be interpreted in conformity with the Basic Agreement and in light of its primary purpose to enable

UNICEF fully and efficiently to discharge its responsibilities and fulfill its objectives in Mozambique.

ARTICLE VIII.

Privileges and Immunities

Nothing contained in this Agreement shall be deemed a waiver, express or implied, of any immunity from suit or legal process, or of any privilege, exemption or other immunity enjoyed by UNICEF as an organ of the United Nations, whether pursuant to the Convention on the Privileges and Immunities of the United Nations<sup>1</sup> or any other agreement, law or decree of an international or national character.

ARTICLE IX.

Entry into Force

This Agreement shall enter into force on the date of its signature by the Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the respective representatives of the Government and of UNICEF have signed this Agreement.

DONE at Maputo this 27th day of August in the year 1991, in two originals in the English and the Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Government:

[Signed]

ALEXANDRE ZANDAMELA  
Director of D.O.I.C.  
(Ministry of Foreign Affairs)

For UNICEF:

[Signed]

DANIEL JAMES O'DELL  
Representative

---

<sup>1</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 1, p. 15, and vol. 90, p. 327 (corrigendum to vol. 1, p. 18).

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SUPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE E O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA RELATIVO A TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCRITÓRIO SEDE DO UNICEF E UNIDADES HABITACIONAIS PARA O PESSOAL

CONSIDERANDO que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (a seguir designado por "UNICEF"), em nome e representação das Nações Unidas, de que constitui um órgão subsidiário, e o Governo da República Popular de Moçambique (a seguir designado por "Governo"), estabeleceram entre si um Acordo básico de Cooperação (a seguir designado por "Acordo Básico") assinado em Maputo aos nove dias do mês de Junho de 1977;

CONSIDERANDO que o Acordo Básico ora emendado, estipula que o UNICEF estabelecerá a sua Sede em Maputo, podendo, quando necessário e com a devida autorização do Governo Moçambicano abrir escritórios nas Províncias e que o Governo facilitará a obtenção de instalações adequadas para o pessoal internacional do UNICEF nomeado para o País;

CONSIDERANDO que o Governo está disposto a colocar à disposição do UNICEF terrenos em Maputo para a construção da Sede do UNICEF e de unidades habitacionais para o pessoal do UNICEF;

NESTES TERMOS, o UNICEF e o Governo acordaram o seguinte:

ARTIGO 1.º

Âmbito de Aplicação

Este Acordo complementar e constituirá parte integrante do Acordo Básico.

ARTIGO 2.º

Terreno

Assim, o Governo concede ao UNICEF o direito de ocupação, uso e aproveitamento, :

1. do terreno conhecido como parcela número 141-B-399 localizado no Bairro de Sommerschild, na Avenida do Zimbabwe, em Maputo, com as dimensões de 39,50 metros de largura e 18,09 metros de comprimento, numa área total de 714,60 metros quadrados e número 141-B-402 localizado no Bairro de Sommerschild, na Rua António José de Almeida, em Maputo, com as dimensões de 39,50 metros de largura e 18,09 metros de comprimento, numa área total de 714,59 metros quadrados, cuja descrição completa vem contida no ANEXO 1 do presente Acordo, destinado a construção do seu escritório em Maputo, Moçambique.

2. do terreno conhecido como Talhões P e Q da Nova Urbanização Miramar situado perto da Marginal para a Costa do Sol, em Maputo, com as dimensões de 112 metros de comprimento e 90 metros de largura para o Talhão P e com as dimensões de 65 x 95 x 112 metros para o Talhão Q (Trapezoidal), numa área total de 19040 metros quadrados, cuja descrição completa vem contida no ANEXO 2 do presente Acordo, destinado à construção de unidades habitacionais para o seu pessoal colocado em Maputo, Moçambique.

ARTIGO 3.º

Direito de Uso e Aproveitamento e sua Duração

1. O UNICEF terá o direito de uso e aproveitamento dos terrenos enquanto estiverem estabelecidos escritórios seus em Moçambique.

2. O direito de uso e aproveitamento dos terrenos estará livre do pagamento de taxas.

ARTIGO 4.oGarantia

O Governo garante que os terrenos sejam colocados à disposição do UNICEF livre e isento de quaisquer hipotecas ou outros ónus, e defende o UNICEF contra todas e quaisquer reclamações, interesses e reivindicações, seja de que natureza forem, da parte de terceiros, sobre os mesmos terrenos.

ARTIGO 5.oPropriedade do Edifício do Escritório  
e das Unidades Habitacionais para o Pessoal

1. Salvo se de outro modo vir a ser acordado pelas Partes, o direito de propriedade sobre os terrenos será mantido pelo Governo. No entanto, a propriedade do edifício do escritório e das unidades habitacionais será consignada ao UNICEF.

2. Caso os escritórios do UNICEF sejam encerrados ou transferidos para outro país, o UNICEF terá o direito de optar, com a aprovação prévia do Governo, pela transferência dos seus direitos de uso e aproveitamento dos terrenos e da propriedade do edifício do escritório e das unidades habitacionais para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ou para qualquer outra entidade pertencente ao Sistema das Nações Unidas, ou para o Governo. Caso o UNICEF decida transferir o edifício do escritório e as unidades habitacionais para o Governo, este último pagará uma compensação ao UNICEF baseada no justo valor do edifício do escritório e das unidades habitacionais e de outras instalações pertencentes ao UNICEF erigidas no terreno.

ARTIGO 6.oIsenção de Impostos

O UNICEF estará isento de quaisquer taxas que incidam sobre os terrenos, conforme estipulado pelo Artigo VII. do Acordo Básico.



ARTIGO 7.oInterpretação

Este Acordo será interpretado em conformidade com o Acordo Básico e à luz dos fins a que se destina: possibilitar que o UNICEF cumpra completa e eficientemente as suas responsabilidades e atinja os objectivos da sua presença em Moçambique.

ARTIGO 8.oPrivilégios e Imunidades

Nada do disposto neste Acordo será considerado como constituindo uma renúncia, expressa ou implícita, de qualquer imunidade de acção ou procedimento legal, ou de qualquer privilégio, isenção ou outra imunidade disfrutada pelo UNICEF na sua qualidade de órgão das Nações Unidas, seja em conformidade com a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas ou com qualquer outro acordo, lei ou decreto de carácter internacional ou nacional.

ARTIGO 9.oEntrada em Vigor

Este Acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as Partes.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os respectivos representantes do Governo e do UNICEF assinaram este Acordo.

FEITO em Maputo neste 27º dia do mês de Agosto do ano de 1991, em dois originais nas línguas Portuguesa e Inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo:

*Assinado [Signed — Signé]*

ALEXANDRE ZANDAMELA  
Director da D.O.I.C.

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Pelo UNICEF:

*Assinado [Signed — Signé]*

DANIEL JAMES O'DELL  
Representante

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> COMPLÉTANT L'ACCORD-CADRE<sup>2</sup> ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DU MOZAMBIQUE ET LE FONDS DES NATIONS UNIES POUR L'ENFANCE, RELATIF AUX TERRAINS NÉCESSAIRES À LA CONSTRUCTION DU BUREAU DE L'UNICEF ET DES LOGEMENTS DE SON PERSONNEL

Attendu que le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (ci-après appelé « l'UNICEF »), agissant pour le compte et au nom de l'Organisation des Nations Unies, dont il est une institution spécialisée, et le Gouvernement de la République populaire du Mozambique (ci-après appelé « le Gouvernement ») ont conclu un Accord-cadre de coopération (ci-après appelé « l'Accord-cadre »), signé le 9 juin 1977<sup>2</sup> à Maputo,

Attendu que l'Accord-cadre modifié établit que l'UNICEF ouvre un Bureau à Maputo, qu'il peut, en cas de besoin et avec l'accord du Gouvernement, en ouvrir dans les provinces, et que le Gouvernement lui donne des facilités pour acquérir des locaux adéquats pour le personnel international affecté au pays,

Attendu que le Gouvernement est prêt à mettre à la disposition de l'UNICEF, à Maputo, les terrains nécessaires à la construction de son Bureau principal et des logements de son personnel,

L'UNICEF et le Gouvernement sont convenus de ce qui suit :

*Article premier.* APPLICATION

Le présent Accord complète l'Accord-cadre et en fait partie intégrante.

*Article II.* TERRAINS

En vertu du présent Accord, le Gouvernement autorise l'UNICEF à occuper, aménager et utiliser :

1. Aux fins de construire les locaux du Bureau de Maputo, au Mozambique, les terrains correspondant à la parcelle 141-B-399, sise Avenida do Zimbabwe, dans Sommerschild, à Maputo, de 39,50 mètres de longueur sur 18,09 mètres de largeur et d'une superficie totale de 714,60 mètres carrés, et à la parcelle 141-B-402, sise Rua Antonio Jose de Almeida, dans Sommerschild, à Maputo, de 39,50 mètres de longueur sur 18,09 mètres de largeur et d'une superficie totale de 714,59 mètres carrés, dont la description complète figure à l'annexe I du présent Accord;

2. Aux fins de construire des logements de fonction à Maputo, au Mozambique, les terrains correspondant aux lots P et Q de Nova Urbanização Miramar, sis sur Marginal Boulevard en direction de Costa do Sol, à Maputo, de 90 mètres de longueur sur 112 mètres de largeur et de 65 sur 95 sur 112 mètres (le lot Q ayant une

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 27 août 1991 par la signature, conformément à l'article IX.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1043, p. 383.

forme trapézoïdale) respectivement, et d'une superficie totale de 19.040 mètres carrés, dont la description complète figure à l'annexe II du présent Accord.

### *Article III. DURÉE ET CONDITIONS DE L'OCCUPATION*

1. L'UNICEF est habilité à occuper et utiliser les terrains aussi longtemps qu'un Bureau est établi au Mozambique.
2. Le droit à l'occupation et à l'utilisation des terrains ne donne lieu à aucun prélèvement fiscal.

### *Article IV. GARANTIE*

En vertu du présent Accord, le Gouvernement garantit que les terrains mis à la disposition de l'UNICEF sont libres et exempts de tout privilège et de toute servitude et s'engage à défendre l'UNICEF contre tout tiers qui revendiquerait les terrains, ferait valoir ses intérêts sur ceux-ci ou les usurperait sous quelque motif que ce soit.

### *Article V. PROPRIÉTÉ DE L'IMMEUBLE DU BUREAU ET DES BÂTIMENTS DESTINÉS AU LOGEMENT DU PERSONNEL*

1. A moins que les parties n'en conviennent autrement, le Gouvernement demeure propriétaire des terrains. L'UNICEF est en revanche propriétaire de l'immeuble du Bureau et des bâtiments destinés au logement de son personnel.
2. En cas de fermeture du Bureau de l'UNICEF au Mozambique ou de son transfert dans un autre pays, l'UNICEF peut, s'il le souhaite et s'il a recueilli l'accord préalable du Gouvernement, céder ses droits à l'utilisation et à l'occupation des terrains et la propriété de l'immeuble du Bureau et des logements de fonction soit au Programme des Nations Unies pour le développement (PNUD) ou toute autre institution du système des Nations Unies, soit au Gouvernement. Si l'UNICEF choisit de céder la propriété de l'immeuble du Bureau et des logements de fonction au Gouvernement, ce dernier lui verse une compensation calculée sur la base de la valeur justement estimée de l'immeuble du Bureau, des logements de fonction et des équipements que l'UNICEF possède sur les terrains.

### *Article VI. EXONÉRATION FISCALE*

L'UNICEF est exonéré de toute taxe foncière, conformément aux dispositions de l'article VII de l'Accord-cadre.

### *Article VII. INTERPRÉTATION*

Le présent Accord est interprété conformément aux dispositions de l'Accord-cadre et dans la perspective de son but primordial, qui est de permettre à l'UNICEF de s'acquitter de ses responsabilités et de réaliser ses objectifs au Mozambique pleinement et efficacement.

### *Article VIII. PRIVILÈGES ET IMMUNITÉS*

Aucune disposition du présent Accord ne peut être interprétée comme dérogeant, explicitement ou implicitement, à l'immunité de poursuites ou d'action en

justice ni aux privilèges, exemptions et autres immunités dont jouit l'UNICEF en sa qualité d'institution des Nations Unies, que ce soit en vertu de la Convention sur les privilèges et immunités des Nations Unies<sup>1</sup> ou en vertu de tout autre accord, loi ou arrêt international ou national.

*Article IX.* ENTRÉE EN VIGUEUR

Le présent Accord entre en vigueur à la date de sa signature par les Parties.

EN FOI DE QUOI les représentants du Gouvernement et de l'UNICEF ont signé le présent Accord.

FAIT à Maputo, le 27 août 1991, en deux originaux libellés en anglais et en portugais, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement :

Le Directeur de la D.O.I.C.,  
Ministère des affaires étrangères,

[Signé]

ALEXANDRE ZANDAMELA

Pour l'UNICEF :

Son représentant,

[Signé]

DANIEL JAMES O'DELL

---

<sup>1</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1, p. 15.